

O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO REGIME MILITAR – AS SINGULARIDADES VIVENCIADAS NA F.F.C.L. BARÃO DE MAUÁ DE RIBEIRÃO PRETO-SP (1968-1978): O CENÁRIO EDUCACIONAL

Marlene de Cássia Trivellato FERREIRA*

O cenário educacional na década de 1960 foi marcado pela pressão sobre as universidades e a inadequação do ensino profissionalizante médio. Em 1965, uma comissão de especialistas (MEC-USAID) realizou um estudo detalhado das universidades. O estudo não foi divulgado, mas em 1968 foi elaborada a lei para atender a crise universitária. O texto da lei se movimenta em torno de dois princípios aparentemente contraditórios: a racionalização das estruturas e dos recursos e a “democratização” do ensino, com o objetivo de: diminuir a pressão sobre a universidade, absorvendo o máximo dos candidatos ao vestibular (democratização) e discipliná-los posteriormente, alegando medidas de racionalização dos recursos. Para atender aos princípios da lei, tornar-se necessária uma nova lei de ensino de 1º e 2º graus e a profissionalização de nível médio, introduzida com a Lei 5.692, que facilitava a retenção do aluno antes de chegar à universidade, encaminhando-o logo para o mercado de trabalho. Por outro, o vestibular foi liberalizado e foram criadas novas medidas de expulsão do aluno universitário, como o jubramento. Para impedir o protesto estudantil e acadêmico em geral, foi promulgado o Decreto-lei nº 477. Este atribui às autoridades universitárias e educacionais (MEC) o poder de desligar e suspender estudantes envolvidos em atividades que fossem consideradas subversivas. Previa, também, a demissão de funcionários e professores surpreendidos nas mesmas atividades. Nesse momento, os estudantes levando ao extremo as suas pretensões, decidiram fazer a Reforma pelas próprias mãos. O governo apressou-se a desencadear o processo que culminou na Lei 5.540/68 de 28 de novembro de 1968. Esta consumada a ruptura política. O Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 68 seguido dos Decretos-Leis 464 e 477 de fevereiro de 1969 deu o golpe de misericórdia na ideologia do nacionalismo desenvolvimentista que deixou o cenário político brasileiro passando a fazer parte da sua história. Segundo o MEC, a expansão de matrículas no ensino

* Psicóloga; Doutora em Ciências pela USP; Professora Titular do Centro Universitário Barão de Mauá; Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Metodologia da Oralidade (NEPMO) do Centro Universitário Barão de Mauá.

superior cresceu 300% no período de 1968 a 1973. Assim, o governo passou a autorizar cursos superiores oferecidos pelo setor privado a alunos desejosos de estudar para adquirirem, mesmo que formalmente, o título acadêmico. Assim conseguiu, sem investimentos e despesas maiores, garantir aumento substancial do número de vagas. O setor privado atendeu aos interesses do Estado como, aparentemente, aos interesses daqueles vestibulandos rejeitados pela rede oficial. A história do Centro Universitário Barão de Mauá se inicia enquadrada neste contexto.

BIBLIOGRAFIA

ALBETI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MEIHY, J. C. S. B. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.